

Epistemologia da pesquisa em Educação Especial

*Morgana Christmann **

*Carmen Rosane Segatto e Souza ***

*Sílvia Maria de Oliveira Pavão ****

RESUMO: O objetivo deste artigo é refletir sobre a pesquisa na educação especial, e com isto, contribuir para o alargamento epistemológico de futuras produções científicas. Este artigo tem como filosofia o método fenomenológico e trata de uma pesquisa bibliográfica com base em artigos científicos, extraídos de periódicos da área. O estudo reportou a necessidade de avançar nas pesquisas sobre a Educação Especial, superando as discussões sobre as dificuldades e ofertando enfoque às possibilidades. A Educação Especial por ser plural, ativa e em transformação, necessita de estudos qualificados e rigorosos do ponto de vista metodológico, oferecendo subsídios para discorrer com profundidade sobre a epistemologia da pesquisa em Educação Especial. A pesquisa necessariamente precisa romper com os discursos já produzidos e criar estratégias para qualificar o ensino, mas também, e principalmente, a representação da deficiência na sociedade. A pesquisa na Educação Especial, neste sentido, tem uma tarefa árdua, já que se preocupa em discutir e refletir sobre a inclusão de estudantes com deficiência.

Palavras-chave: Educação Superior. Educação Especial. Inclusão.

Epistemology of Special Education research

ABSTRACT: The purpose of this article is to reflect on research in special education, and therewith, contribute to the epistemological expansion of future scientific productions. This article has as philosophy the phenomenological method and deals with a bibliographic research based on scientific articles, extracted from journals in the area. The study reported the need to advance research on Special Education, overcoming discussions about difficulties and offering a focus on possibilities. Special Education, as it is plural, active and in transformation, requires qualified and rigorous studies from a methodological point of view, offering subsidies to discuss in depth the research epistemology in Special Education. The research necessarily needs to break with the already produced discourses and create strategies to qualify teaching, but also, and especially, the representation of disability in society. Research in Special Education, in this sense, has an arduous task, since it is concerned with discussing and reflecting on the inclusion of students with disabilities.

Keywords: Higher Education. Special education. Inclusion.

* Doutora em Educação pela Universidade Federal de Santa Maria, Membro do Grupo de Pesquisa em Educação, Saúde e Inclusão do Centro de Educação da Universidade Federal de Santa Maria¹, Rio Grande do Sul, Brasil. Docente da Universidade Franciscana, Santa Maria-RS. E-mail: fisiomorganac@gmail.com

** Doutora em Educação pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Santa Maria; Membro do Grupo de Pesquisa em Educação, Saúde e Inclusão do Centro de Educação da Universidade Federal de Santa Maria. E-mail: carmenrssouza@gmail.com

*** Pós- Doutora em Educação, Professora Adjunta do Departamento de Fundamentos da Educação da Universidade Federal de Santa Maria; Coordenadora de Ações Educacionais junto a Coordenadoria de Ações Educacionais da Universidade Federal de Santa Maria; Líder do Grupo de Pesquisa em Educação, Saúde e Inclusão do Centro de Educação da Universidade Federal de Santa Maria, Rio Grande do Sul, Brasil. E-mail: silviamariapavao@gmail.com

Introdução

A ciência vem se transformando ao longo dos anos e com isso as teorias por ela fundadas são requisitadas nas diferentes pesquisas. Muitas teorias são reformuladas para se adequar ao objeto de estudo, entretanto a base permanece em geral inalterada, contribuindo para as diferentes reflexões acerca dos fenômenos. O ato de pesquisar exige do pesquisador uma liberdade de expressar tudo aquilo que traduz e interpreta a partir dos dados coletados, suas percepções a respeito do fenômeno estudado, significa produzir um novo texto extraindo de dados coletados, informações que, por um determinado tempo ou a partir de documentos já elaborados, foram investigados. No intuito de clarear os fatos, se lança por caminhos que levam não a certezas, mas há momentos que expressam sentimentos e ideias que possam ser compartilhados com os leitores.

Não obstante, essa liberdade vem também sendo questionada no meio acadêmico, uma vez que as universidades estão engendradas na lógica do mercado, num processo de modernização que segundo Nóvoa (2015), se estrutura em torno de três conceitos e mais um: excelência, empreendedorismo, empregabilidade e europeização. Esses conceitos podem ser traduzidos para o Brasil, uma vez que a lógica das universidades brasileiras, estão tão atreladas ao processo de modernização, quanto nos países europeus. Apesar de não ser esta a discussão deste manuscrito, entende-se a importância de reconhecer em que contexto a pesquisa se desenvolve na atualidade, olhando para o processo histórico, no qual os estudos foram se desenvolvendo.

A pesquisa em Educação no Brasil teve um avanço importante em meados da década de 60, em decorrência do aumento significativo de programas de pós-graduação e grupos de pesquisa da área da educação. Na área de Educação Especial, tal aumento ocorreu por volta dos anos 80 e 90, com o interesse pela educação das pessoas com deficiência, que teve influência nas publicações da Declaração de Jomtien (UNESCO, 1990) e Declaração de Salamanca (UNESCO, 1994), trazendo um novo panorama no ensino de modo geral (PAVÃO *et al.*, 2015), fortalecendo a reflexão sobre educação de pessoas com deficiência no Brasil, provocando um olhar mais detalhado sobre o conhecer, compreender e considerar a história destes indivíduos.

De acordo com Bridi e Baptista (2015) é impossível refletir na atualidade, sobre os processos que envolvem a inclusão escolar sem considerar uma história que é verdadeiramente marcada pela exclusão. Assim, Jannuzzi (2004) descreve numa linha temporal, a trajetória de segregação e exclusão, nela incluída a questão do direito a educação e as estratégias e concepções desenvolvidas ao longo dos anos, para a aprendizagem das pessoas com deficiência.

Os apontamentos iniciais sugerem para este artigo uma reflexão ampla sobre a pesquisa, especialmente aquela desenvolvida na educação especial, tomando como eixo de análise a base teórica que dá sustentação para o desenvolvimento de quaisquer estudos na educação. Isso ocorre justamente

por não se ver respondida à questão: existe uma definição epistemológica na produção do conhecimento científico na área da educação especial? Deste modo, o objetivo geral deste artigo é refletir sobre a epistemologia da pesquisa na Educação Especial, e com isto, contribuir para o alargamento epistemológico de futuras produções científicas.

A abordagem do método

O estudo aqui apresentado tem como abordagem a pesquisa qualitativa do tipo descritiva. Quanto à coleta dos dados, os mesmos foram selecionados a partir de periódicos que discorrem sobre o assunto desta produção escrita, a saber: a Revista Brasileira de Educação Especial (Marília) e a Revista de Educação Especial (Santa Maria). Cabe ressaltar que o material selecionado para este estudo estabeleceu um recorte temporal de nove anos, selecionado por conveniência. Este recorte teve como base a publicação de Garcia & Michels (2011), que fizeram uma análise das pesquisas divulgadas no evento da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPED), no escopo do Grupo de Trabalho 15 Educação Especial, que apontou para a importância de pesquisas na área, como modo de fortalecimento de ações desenvolvidas no âmbito da Educação Especial, bem como as características governamentais reestruturadas neste período. Representam, as pesquisas, produções significativas para reflexões e entendimento da educação especial, no contexto dos percursos de pesquisa. O descritor utilizado para a busca dos materiais foi “pesquisa em educação especial”, incluindo somente aqueles que tratavam do tema da pesquisa como um todo.

O pressuposto filosófico que permeia este manuscrito trata da fenomenologia, que se configura na essência da subjetividade a caminho de certa objetividade na apresentação dos resultados dos dados pesquisados, uma relação não mais no nível teórico, mas envolto no descortinamento das relações e dos conflitos muito presentes nas pesquisas científicas. A fenomenologia, segundo Gamboa (2012, p. 97), “não confia na percepção imediata do objeto”, caso contrário o pesquisador estaria observando apenas as aparências. Esta corrente filosófica permite interpretar e descobrir a essência dos fenômenos que são submetidos ao estudo.

O método fenomenológico, segundo Prodanov e Freitas (2013, p.36), não é dedutivo, nem empírico e, “consiste em mostrar o que é dado e em esclarecer esse dado”, assim, tal método se limita aos “aspectos essenciais e intrínsecos do fenômeno [...]”, buscando “[...] compreendê-lo por meio da intuição [...]”. Tais características, permitem maior liberdade na interpretação da pesquisa, principalmente quando ela tem diferentes fatores intervenientes, como o processo de inclusão na escola regular e por isso permeia a discussão deste estudo.

Para Gamboa (2012) toda a investigação supõe um corpo teórico consistente, e este deve ter um método que seja apropriado, para responder aos objetivos propostos. O método é compreendido como o conjunto de procedimentos gerais, que possibilitam o desenvolvimento de uma investigação científica

(GIL, 2008). Já Prodanov e Freitas (2013, p. 25) referem que o “método é um caminho para alcançar determinado fim” e que o objetivo da ciência é a do conhecimento, assim o método científico é o conjunto de procedimentos elaborados com a finalidade de atingir o conhecimento.

Gamboa (2012) refere que o método é compreendido como um caminho para o conhecimento e as bases epistemológicas de compreensão do método científico é fundamental para condução de uma investigação. Assim, Gamboa (2012) refere com base em Thiollent (1981), que toda investigação deve combinar três elementos: as teorias educacionais, técnicas de investigação e epistemologias sobre os métodos.

Desta maneira, o estudo aqui apresentado trata de uma pesquisa bibliográfica, que segundo Gil (2008), se desenvolve a partir de materiais já produzidos, compondo-se basicamente por livros e artigos científicos. As etapas da pesquisa bibliográfica se organizam por: formulação do problema; elaboração do plano de trabalho; identificação das fontes; localização das fontes e obtenção do material e; leitura do material para posterior redação do novo texto. Neste estudo, a leitura caracterizou-se por ser exploratória, em que o material selecionado foi lido e foram recolhidas as informações pertinentes ao objetivo do estudo.

A pesquisa em educação especial: os alicerces para a construção do seu saber na atualidade

Nos últimos anos, a velocidade de informações desafia a uma desacomodação necessária e urgente para que seja possível acompanhar/conhecer e entender o cotidiano, assim, pode-se dizer que o ato de pesquisar é uma investigação da prática diária, o que era verdade no passado, hoje talvez não seja mais ou desdobramentos ocorrerem que questione esta veracidade.

Segundo Minayo (2004), a pesquisa é uma atividade básica da ciência, que procura indagar e construir novas realidades, alimentando o ensino de um modo geral. Assim, embora a pesquisa seja “uma prática teórica, a pesquisa vincula o pensamento e ação. Ou seja, nada pode ser intelectualmente um problema, se não tiver sido, em primeiro lugar, um problema da vida prática” (MINAYO, 2004, p. 17).

Por isso, Corazza (2002), refere que o pesquisador necessita em diversos momentos refletir sobre o que e como vem pesquisando. Fazer pesquisa na atualidade exige, além de conhecimento científico, paixão sobre o problema que se estuda. Para a autora o problema de um estudo nasce precisamente na insatisfação com o já sabido, por isso envolve sentimentos, que podem ser dolorosos de início, mas que são necessários para a desacomodação.

A pesquisa como instrumento na construção do conhecimento gera dúvidas e questionamentos. Por meio dela, oportunidades de enriquecer os conhecimentos já adquiridos ou na descoberta de novos conhecimentos surgem, e tornam-se experiências ricas para o pesquisador que por meio dos resultados, não absolutos, coloca à disposição da sociedade, todo um arsenal de informações significativas para o avanço e crescimento social.

De acordo com Marques (2006, p.114-15) “na pesquisa, como em toda obra de arte, a segurança se produz na incerteza dos caminhos [...]”. O autor refere que determinar antecipadamente se uma pesquisa é qualitativa ou quantitativa, pode ser inoportuno, na medida em que as duas dimensões não são excludentes. Tais processos de multiplicação de métodos ocorrem como forma de controlar o pesquisador, impedindo que ele se aventure na busca por novas forças, inventando seus próprios rumos (MARQUES, 2006).

A pesquisa no contexto da educação está fundada em uma cultura da educação que é mestiça e onde os saberes produzidos em outras áreas do conhecimento vêm contribuir para pensar e refletir sobre a educação como área de saber (CHARLOT, 2006). Esta interdisciplinaridade na construção das reflexões possibilita que diferentes olhares sobre a temática da educação sejam lançados (FAZENDA, 2014).

São tantas questões na área educacional que precisam ser abordadas, os temas se ampliam e se diversificam a todo o momento que todos os tipos de investigação são bem-vindos, desde que não se perca a rigorosidade no momento da investigação, “[...] pesquisa não pode ser feita aos solavancos, ou aos pedaços, mas sistematicamente [...]” (DEMO, 2010, p. 92). Promovendo o confronto entre os dados, as evidências, as informações coletadas sobre determinado assunto e o conhecimento teórico acumulado a respeito dele (LUDKE & ANDRÉ, 2013).

Neste sentido a pesquisa é um ato de busca por conhecimento sobre determinada temática e para que ela tenha a possibilidade de criação de um corpo de conhecimentos sólidos, o pesquisador precisa apresentar certas características e procedimentos específicos, buscando “um conhecimento que ultrapasse nosso entendimento imediato na explicação ou na compreensão da realidade que observamos” (GATTI, 2002, p. 9).

Pesquisas qualitativas, muito utilizadas nas Ciências Sociais, exigem do pesquisador um conhecimento profundo sobre os fatos a serem investigados, além de uma profunda compreensão e rigorosidade na análise das informações coletadas. Esta abordagem de pesquisa responde a questões muito particulares as quais, em nível de realidade, não podem ser quantificáveis, pois conforme Bauer e Gaskell (2008, p.24) a “mensuração dos fatos sociais depende a categorização do mundo social” permite a exploração de temas aproximando-os do mundo real, o que requer por parte do pesquisador certa habilidade e conhecimentos específicos que irão nortear sua abordagem de pesquisa.

Esta abordagem remete o pesquisador a uma análise de todos os materiais obtidos durante a pesquisa, ou seja, os relatos de observações, as transcrições de entrevista, a análise de documentos e todas as outras informações contidas no universo pesquisado e que se encontram em estado latente, ou seja, sistematicamente silenciadas, “a grande conquista da discussão dos métodos qualitativos é que ela, [...] deslocou a atenção da análise em direção a questões referentes à qualidade e a coleta de dados” (BAUER & GASKELL, 2008, p. 24).

Segundo Minayo (2004), a pesquisa qualitativa aprofunda-se no mundo dos significados das ações e das relações humanas, aspectos que não podem ser perceptíveis nas medidas e nas técnicas estatísticas.

Pode-se afirmar, então, que a abordagem qualitativa busca desvendar os significados dos fenômenos e dos processos vivenciados pelos sujeitos. Esse tipo de pesquisa considera uma relação indissociável entre o mundo objetivo e a subjetividade do sujeito, que é impossível de ser traduzida em números. O ambiente é a fonte direta dos dados e o pesquisador está diretamente envolvido com a pesquisa, buscando compreender as nuances do fenômeno em estudo. Em geral, estas pesquisas são descritivas e por isso não exigem a utilização de dados quantitativos, assim como o pesquisador está mais preocupado com o processo do que com o produto resultante (PRODANOV & FREITAS, 2013).

Trabalhar com a pesquisa qualitativa significa trabalhar com dados essencialmente interpretativos e descritivos, o que demanda muito cuidado por parte do pesquisador na hora da sua análise e interpretação. Deste modo, é fundamental que as abordagens qualitativas superem o objetivismo e, ao mesmo tempo, rebatem as críticas de que os resultados que se obtém são de caráter meramente subjetivo e/ou de cientificidade duvidosa, devido à proximidade entre pesquisador (a) e os sujeitos do estudo. Segundo Minayo (2004, p.21), a pesquisa qualitativa trabalha “com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes”, tais elementos estão envolvidos em “um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis”.

Como se pode observar, e de acordo com tal entendimento, sem dialogar com o empírico, a investigação qualitativa, pesquisa embasada nas Ciências sociais, perderia já de início sua própria credibilidade. Nesse sentido, Esteban (2010, p.127), reitera que a pesquisa qualitativa é uma “atividade sistemática” profunda, que busca compreender a totalidade dos fenômenos educativos e sociais, com a finalidade de “transformação de práticas e cenários socioeducativos, á tomadas de decisões e também ao descobrimento e desenvolvimento de um corpo organizado de conhecimentos”.

Gatti (2004) aponta também a necessidade dos profissionais da área da educação, ser desafiados a adentrar nas pesquisas quantitativas de modo a qualificar ainda mais seus estudos, propondo metodologias estruturadas que garantam o rigor necessário para a pesquisa de alto impacto. Contudo, a pesquisa quantitativa pura não permite a tradução das subjetividades e das emoções que estão envolvidos com os sujeitos, fator este, que implica na delicadeza e cuidado com seu uso para o estudo dos fenômenos sociais.

Contudo, Gatti (2004), refere que na pesquisa quantitativa muitas questões de origem sociais e educacionais não poderiam ser compreendidas e algumas não seriam mesmo levantadas, o que demonstra que ela por si só não garante uma compreensão ampla sobre os fenômenos em estudo. Por este fato reitera-se a importância de desenvolver pesquisas quanti-qualitativas, de modo que uma seja suporte para a outra e os fenômenos sejam melhor compreendidos.

Nesse sentido, Gatti (2012) afirma que, existem momentos em que o pesquisador necessita da utilização da pesquisa quantitativa, como no caso da discussão sobre o analfabetismo populacional como um problema político, que necessita de estudo amplo. Em outros momentos da pesquisa, para

compreender os fenômenos em sua essência é preciso lançar mão de recursos da pesquisa qualitativa que possibilitará a compreensão de fenômenos psicossociais, antropológicos ou clínicos, por exemplo, impossíveis de serem traduzidos em números. Tal abordagem se aproxima muito das pesquisas realizadas na escola, onde a dinâmica social e pedagógica exige um olhar mais profundo sobre atitudes e percepções nas relações estabelecidas naquele ambiente.

Não é o caso de se discutir se um tipo de pesquisa é mais importante do que a outra, mas perceber como se completam em um estudo, elas não são excludentes e podem se complementar ao serem escolhidas para interpretar um mesmo fato. É importante trabalhar sob o olhar dos dois tipos de pesquisa e perceber a influência que uma exerce sobre a outra, a conexão entre elas é fundamental e contribuem para resultados mais precisos da pesquisa.

A pesquisa em Educação Especial e os entrelaçamentos com a história

A educação especial tem sua história iniciada pelos estudos dos médicos-pedagogos, no final do século XVIII, quando ocorreram as primeiras investidas na educação de pessoas com deficiência, com a criação de instituições especializadas para surdos e cegos, especialmente. Entretanto, a proposta de educação para estas pessoas naquele período, estava direcionada mais ao controle desta população, que representava “perigo para a sociedade”, pela compreensão da deficiência como castigo dos deuses (LOBO, 2015).

Ao longo dos anos, diferentes movimentos no reconhecimento da deficiência foram surgindo, em consonância com a compreensão da saúde e da doença de cada época. Os movimentos sociais nesse sentido, foram importantes para que novas concepções sobre a educação de pessoas com deficiência fossem surgindo, e que culminaram em 1988 no Brasil, no reconhecimento da educação como direito constitucional, o que deflagrou diferentes movimentos na escola brasileira. Entre esses movimentos, que sofreram influências internacionais está o da inclusão, tendo como marco a Declaração de Jomtien (UNESCO, 1990) e suas subsequentes legislações. Tais legislações desenvolvidas para garantir a educação de pessoas com deficiência, devido a sua complexidade, sempre causou diversas discussões e por conseguinte a necessidade de diferentes pesquisas na área.

Visando a compreensão pormenorizada das pesquisas em educação especial (Quadro 1), o levantamento mostrou que foram desenvolvidas pesquisas diversas, mas especialmente aquelas com métodos de base bibliográfica ou documental, com a aplicação nos diferentes níveis de ensino. Isso proporciona a abertura do campo de investigações e fortalece a área da Educação e Especial como área de conhecimento, e também, demonstra a necessidade de investimento em pesquisas de campo de alto rigor científico, que possam apontar tanto para as potencialidades, quanto para fragilidades encontradas na área.

Quadro 1: Síntese das produções das revistas analisadas, 2010-2019.

Título do artigo	Autores	Tipo de pesquisa	Nível educacional onde a pesquisa foi realizada
Professor da educação inclusiva: reflexões a partir de uma abordagem curricular compreensiva	FREITAS, S.N.; PAVÃO, S. M. O. (2012).	Bibliográfica	Sem especificação de nível de ensino
Formação e criatividade: elementos implicados na construção de uma escola inclusiva.	VIEIRA, F.B.A.; MARTINS, L.A.R. (2013).	Empírica /levantamento	Educação Superior
Ingresso e Permanência de Alunos com Deficiência em Universidades Públicas Brasileiras	CASTRO, S.F.; ALMEIDA, M.A. (2014).	Pesquisa de campo	Educação Superior
Análise da estrutura organizacional e conceitual da educação especial brasileira (2008-2013).	HARLOS, F.E.; DENARI, F.E.; ORLANDO, R.M. (2014).	Documental	Sem especificação de nível de ensino
Análise das Dissertações e Teses do PPGEEES/UFSCar na Interface Educação Física e Educação Especial	MAHL, E.; MUNSTER, M.A.V. (2015).	Documental	Pós-Graduação
Demandas de Professores Decorrentes da Inclusão Escolar.	MATOS, S.N.; MENDES, E.G. (2015).	Qualitativa do tipo exploratório	Educação Básica
Ações Exercidas pelos Núcleos de Acessibilidade nas Universidades Federais Brasileiras.	CIANTELLI, A.P.C.; LEITE, L.P. (2016).		Educação Superior
Características e Tendências das Teses em Educação Especial Desenvolvidas nos Programas de Pós-Graduação em Educação do Estado de São Paulo.	SILVA, R.H.R. (2016).	Documental	Pós-Graduação
Saberes de professores propícios à inclusão dos alunos com necessidades educacionais especiais: condições para sua construção.	NOZI, G. S.; VITALLANO, C. R. (2017).	Documental e bibliográfica	Sem especificação de nível de ensino
Revisão Sistemática das Pesquisas Colaborativas em Educação Especial na Perspectiva da Inclusão Escolar no Brasil	SOUZA, C. T. R.; MENDES, E. G. (2017).	Pesquisa bibliográfica	Sem especificação de nível de ensino
Educação Inclusiva: uma escola para todos.	SILVA NETO, A. de O. et al. (2018).	Bibliográfica, qualitativa e descritiva	Sem especificação de nível de ensino
Estudo bibliométrico dos balanços da Produção científica em educação especial na Revista brasileira de Educação Especial (1999-2017)	HAYASHI, M.C.P.I.; GONÇALVES, T. G.G.L. (2018).	Estudo bibliográfica e exploratória-descritiva	Sem especificação de nível de ensino
Balanço das dissertações e teses em educação especial e educação inclusiva desenvolvidas nos programas de Pós-Graduação em Educação no Brasil	SILVA, R. H. R. (2018).	Documental	Sem especificação de nível de ensino.
Análise dos Artigos na Área da Deficiência Visual Publicados na Revista Brasileira de Educação Especial (1992-2017)	NERES, C. C.; CORREIA, N. M. (2018).	Bibliográfica	Sem especificação de nível de ensino.
A Constituição do Campo da Educação Especial Expressa na Revista Brasileira de Educação Especial - Rbee (1992-2017)	BUENO, J. G. S.; SOUZA, S. B. (2018).	Bibliográfica	Sem especificação de nível de ensino.
Análise da produção científica com a temática inclusão no Ensino Superior: reflexões sobre artigos publicados no período de 2016 a novembro de 2018.	OLIVEIRA, J. (2019).	Bibliográfica, qualitativa e descritiva	Ensino Superior
A Formação de Professores no GT 15 – Educação Especial da ANPED (2011-2017): Entre Diálogos e (Novas) Pista	AMARAL, M. H.; MONTEIRO, M. I. B. (2019).	Bibliográfica	Sem especificação de nível de ensino.

Fonte: Autoras, 2020.

As políticas de Educação Especial, desenvolvidas nas três últimas décadas têm buscado garantir a educação de pessoas com deficiência na escola como direito constitucional. Para isso novos conceitos de deficiência têm permeado as pesquisas na área de Educação Especial, como forma de proporcionar melhores condições de entendimento da deficiência e, por conseguinte, de atendimento desses estudantes no ambiente escolar. Também, a formação profissional do educador especial ou do professor do ensino regular tem sido rediscutida, para que eles tenham melhores condições de conduzir o ensino desses estudantes, numa perspectiva crítica, reflexiva e teórica, haja vista que não apenas sua formação profissional está envolvida, mas suas concepções enquanto ser humano (FREITAS & PAVÃO, 2012; VIEIRA & MARTINS, 2013).

Vieira e Martins (2013), apontam nesse sentido, a necessidade de criar estratégias de formação profissional que explorem a criatividade do professor, tratando esta, como elemento fundamental para a organização do trabalho pedagógico tanto na sala de aula, quanto na instituição como um todo. Além disso, reiteram a importância do diálogo e de considerar a subjetividade do professor no processo de ensino/aprendizagem, de modo que as reflexões sobre a situação vivencial possam encontrar na criatividade uma forma de incluir pessoas.

Com a Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da educação inclusiva (BRASIL, 2008), desenvolveu-se uma ampla discussão nos meios educacionais, sobre os conceitos de inclusão e exclusão. Para Castel (2000) está excluído quem está fora dos circuitos vivos da sociedade, e das experiências que nela se pode vivenciar. “Ousar-se-ia dizer que ela é ‘justificada’, se entendermos por isso que repousa sobre julgamentos e passa por procedimentos cuja legitimidade é atestada e reconhecida” (CASTEL, 2000, p.41).

Do ponto de vista da inclusão educacional, Oliveira (2019) aponta que ela é um processo em construção e dependente do comprometimento dos professores envolvidos na formação inclusiva e que, o aperfeiçoamento profissional, como a formação continuada são fundamentais para que de fato ocorra a inclusão no ensino universitário. O envolvimento da sociedade nos processos inclusivos portanto, é o resultado daquilo que é produzido por ela e se reproduz nos diferentes espaços de ensino.

No que tange à pesquisa na Educação Especial, historicamente a área da educação tem utilizado como método preferencial em seus estudos a pesquisa qualitativa. Tal observação pode ser afirmada com os estudos utilizados como base neste artigo, haja vista que todos se utilizaram de pesquisas qualitativas (VIEIRA & MARTINS, 2013; HARLOS; DENARI & ORLANDO, 2014; MATOS & MENDES, 2015). Nesse sentido, Gatti (2004) refere a importância de utilizar-se também da pesquisa quantitativa, como método de análise de dados produzidos. Contudo, a autora reitera que na área da educação em geral, os profissionais pouco entendem sobre a pesquisa quantitativa e por isso preferem utilizar a pesquisa qualitativa, o que fragiliza, de certo modo as interpretações sobre fenômenos educacionais de grande escala.

A pesquisa na área da educação inclusiva, requer a atenção sobre condicionantes de natureza diversa que podem intervir na análise do problema (históricos, sociais, culturais, orgânicos, entre outros). Mas, fundamentalmente implica na percepção do pesquisador, em sua concepção sobre a inclusão e suas atitudes e ações nesse aspecto (LIMA, 2006). Para este autor, o espaço da inclusão tenciona uma manifestação ampla de subjetividades na pesquisa, assim “caso essa subjetividade não seja reconhecida e explicitada, poder-se-á enviesar o estudo” dando uma ênfase maior na comprovação de suas hipóteses, muitas vezes desfavoráveis, em vez de trabalhar com os dados observados na pesquisa (LIMA, 2006, p.128).

Toda pesquisa requer cuidado e responsabilidade no desenvolvimento e apresentação dos resultados à sociedade. A pesquisa em Educação Especial, como se constata no decorrer dos anos, apresenta um interesse significativo por parte dos pesquisadores, pois seus resultados contribuem com a divulgação de conhecimentos na área que apontam um caminho para mudanças na perspectiva de [...] assegurar e promover, em condições de igualdade, o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais para a pessoa com deficiência, visando à sua inclusão social e cidadania (BRASIL, 2015, p.01).

Entretanto, um alerta é feito pelo estudo de Bueno e Souza (2018, p. 47-8), o qual evidenciou que a constituição do campo de pesquisa da Educação Especial em artigos publicados pela Revista Brasileira de Educação Especial desde sua criação, tem se caracterizado por pesquisas com uma “diversidade de temas, focos e processos de construção metodológica” com influência de diferentes fatores socioeconômicos e políticos que estão também implicados nas “disputas teórico-práticas expressas por essa diversidade”. Com objetivo semelhante, Hayashi e Gonçalves (2018), evidenciaram um somatório significativo de pesquisas bibliométricas publicadas na mesma revista no período de 1999 e 2017. As autoras salientam a importância destes estudos para o aprofundamento teórico, mas apontam para a necessidade de aperfeiçoamento metodológico destas pesquisas.

Ao revisitar periódicos como a Revista Brasileira de Educação Especial (Marília-SP) e a Revista de Educação Especial (Santa Maria-RS), que apresentam publicações referentes ao tema objeto de estudo, percebe-se a amplitude das discussões que se apresentam nos artigos de forma generalista. Tal observação demonstra que o tema da educação inclusiva, apesar de estar em discussão há pelo menos 30 anos, ainda ecoa como uma problemática em evidência, demonstrando a necessidade de pesquisas que proponham soluções concretas sobre as determinadas situações que envolvem tanto os estudantes com deficiência, quanto aqueles também abrangidos pela educação inclusiva. Ademais, o que se percebe é que ainda existe uma confusão entre a educação inclusiva e a educação especial, o que dificulta em alguns aspectos a compreensão das políticas e sua efetivação na prática, seja no âmbito social ou no âmbito educacional.

A educação inclusiva, assim como a Educação Especial, ainda são assuntos polêmicos no Brasil, sem falar nas discrepâncias de um Estado para o outro e, ainda há críticos que defendem os dois sistemas educacionais, argumentando que algumas limitações severas do indivíduo com deficiência, impossibilita sua frequência na educação regular de ensino, impossibilitando-o de ter uma educação de qualidade.

Para que a Educação Especial se efetive como espaço de conhecimento é preciso permitir que ela deslize, que corra, como um rio, superando os obstáculos (BRITO, 2015). De acordo com Brito (2015, p.15) “somente a partir de certas quedas e partidas, o rio parece partir-se, abrindo espaço para outra margem”. Tal apontamento faz refletir se não estaria na hora, das pesquisas na área da educação especial e inclusiva, abrirem outra margem, superando os discursos de dificuldades para propor ações concretas.

“Abrir outra margem” é um fato evidenciado por Harlos; Denari e Orlando (2014), que no estudo sobre o arcabouço educacional da Educação Especial brasileira, observou a necessidade de revisões nesta estrutura e nos conceitos que operam na Educação Especial, pautados por processos amplos de diálogo, tanto entre os pesquisadores que se dedicam a produzir o conhecimento sobre tais temáticas, quanto e especialmente com aqueles que convivem na prática com essa realidade, ou seja, os profissionais, os pais e os estudantes público-alvo da modalidade de ensino em questão.

Na educação regular ainda existe uma distância muito grande de uma verdadeira política de inclusão, apesar de ser um espaço rico e diversificado, onde as diferenças se apresentam/ mostram e se completam. Estas angústias que rodeiam a educação básica chegam também a Educação Superior e se ampliam. O se que se percebe é que a inclusão de estudantes com deficiências na academia, se organiza de forma lenta e gradual, possibilitando um universo de estudos que exigem um reconhecimento deste público até então invisível, tanto na Educação Básica como na educação superior.

Para tanto, Nozi e Vitaliano (2017, p.589), ao buscar os saberes recomendados pela produção acadêmica para a inclusão escolar, que buscam a formação do professor, apontou para a capacidade do professor de valorizar a diferença e a heterogeneidade, colocando-se no lugar do outro, bem como estar ciente e ser favorável à Educação Inclusiva. Para isso, as autoras apontam para a necessidade de “desmitificação do conceito de deficiência e reflexões sobre suas possibilidades, formação adequada, trabalho colaborativo entre professores especialistas, regentes e demais profissionais envolvidos”.

Nesse contexto, ter claro quem são os sujeitos que fazem parte da educação especial e do que se trata a educação inclusiva é fundamental para que se reflita, não só na necessidade da permanência destes estudantes com ou sem deficiência no ambiente educacional, mas procurar/criar estratégias, e rever paradigmas para que o potencial destes indivíduos seja descoberto e lhes seja oportunizado experiências que qualificarão suas relações tanto sociais como profissionais.

Um exemplo prático está na pesquisa desenvolvida por Amaral e Monteiro (2019), que evidenciaram uma valorização dos conhecimentos produzidos coletivamente na formação continuada de professores da educação, assim como perceberam que as vivências e as condições de trabalho dos docentes impactam na formação, aliados aos documentos oficiais incentivam a formação continuada. Os autores apontam por fim, para uma necessidade crescente de “construção de conhecimento sobre a vivência e o processo formativo nos cursos de licenciatura e trabalhos que reflitam acerca do papel da teoria na formação continuada em Educação Especial” (AMARAL & MONTEIRI, 2019, p. 301).

Silva Neto et al. (2018), afirmam que a inclusão escolar plena não é uma tarefa fácil, por isso são necessárias estruturas progressivas e uma mudança significativa no sistema educacional e na concepção de inclusão por parte da sociedade em geral e, principalmente dos profissionais escolares.

No que tange à Educação Superior, a legislação tem buscado garantir o acesso, por meio das cotas e reservas de vagas. Contudo, tais políticas não serão efetivas se as estratégias para a permanência e uma educação de qualidade não forem ofertadas. Esse aspecto perpassa tanto as questões que envolvem a acessibilidade estrutural e atitudinal, quanto a formação do docente universitário, que necessariamente precisa se capacitar para melhor colaborar com a aprendizagem dos estudantes.

O estudo de Castro e Almeida (2014), revelou que os principais desafios para a inclusão dos estudantes com deficiência na educação superior são: romper barreiras, principalmente atitudinais, prevendo condições de acessibilidade, assim como criando estratégias para evitar práticas de ensino excludentes, o que perpassa a formação dos professores. Segundo as autoras, uma educação que tenha por objetivo a permanência dos estudantes com deficiência na educação superior, garantindo sua formação, requer investimentos que envolvem as ações, materiais adequados, qualificação docente, adequação arquitetônica, e “investimentos em ações que combatam atitudes inadequadas e preconceituosas” (CASTRO & ALMEIDA, 2014, p.191).

Com relação à acessibilidade na educação superior, o estudo de Ciantelli e Leite (2016), que investigou as ações dos Núcleos de Acessibilidade de algumas universidades federais, verificou que muitas ações vêm sendo desenvolvidas pelos núcleos e/ou comitês de acessibilidade para minimizar as dificuldades encontradas pelos estudantes. Contudo, ainda há diferentes barreiras que necessitam ser superadas para que estes estudantes com deficiência tenham melhores condições de participação do contexto acadêmico e para a conclusão dos seus estudos.

No que tange aos estudos encontrados no levantamento, alguns se fixam em discutir sobre as estratégias de ensinagem para o atendimento adequado dos estudantes com diferentes deficiências (NERES & CORREIA, 2018), outros discutem sobre a formação do professor para a educação inclusiva e Educação Especial (NOZE & VITALIANO, 2017) e alguns discutiram sobre as produções em educação especial a partir de teses e dissertações, dando maior enfoque para a pesquisa (SILVA, 2016; MAHL & MUNSTER, 2014; SOUZA & MENDES, 2017; OLIVEIRA, 2019). A pesquisa na educação especial é variada, contudo muitos questionamentos ainda estão presentes e por isso o aprofundamento teórico com base nos problemas práticos necessita ser revisitado, além de oferecer para estes espaços de ensino o acesso às pesquisas que possam contribuir para a prática docente.

No que tange as teses e dissertações produzidas pelos Programas de Pós-Graduação em Educação, distribuídos pelo País, Silva (2018) evidenciou que desde a primeira defesa de Mestrado em Educação Especial no ano de 1971, até o ano 2016, houveram diferentes momentos para a pesquisa na área, que atualmente encontra-se consolidada e distribuída em diferentes regiões do País.

Especificamente sobre as pesquisas, entre os anos de 2008 e 2015, Souza e Mendes (2017), referem que a maior parte delas tem como foco a investigação em contextos socioeducacionais que implicam na prática docente, para a mudança do cenário educacional que se delineou em décadas anteriores aos anos de 2000. Há um esforço significativo dos pesquisadores em buscar soluções para problemas práticos, especialmente nos últimos dez anos.

Desta maneira, a proposta da educação inclusiva merece uma discussão interdisciplinar ampla, através daqueles que realizam e trabalham diretamente com a pessoa com deficiência, atribuindo a ela um novo olhar, que não possibilita a perpetuação de processos de exclusão. Na escola e na sociedade, não se trata de negar a condição do indivíduo, mas de relativizar seus efeitos na evolução do sujeito, permitindo que ele aprenda e se desenvolva com as mesmas condições que os demais.

Conclusão

A forma como a sociedade se relaciona com as pessoas com deficiência se modificou no decorrer dos diferentes momentos históricos e continua se transformando de acordo com as necessidades e demandas de sobrevivência. Incluir todas as pessoas, com ou sem deficiência, requer da sociedade contemporânea, remodelações, capazes de criar alternativas possíveis de superar a exclusão. O momento atual é de transição e a Educação Básica, bem como as Instituições de Ensino Superior, passam por um processo de ressignificação, enquanto instituição social, rompendo com paradigmas existentes. Por este fato, a pesquisa necessariamente precisa romper com os discursos já produzidos e criar estratégias para qualificar o ensino, mas também, e principalmente, a representação da deficiência na sociedade.

A pesquisa na educação especial neste sentido, tem uma tarefa árdua, já que se preocupa em discutir e refletir sobre a inclusão de estudantes com deficiência. Tal tarefa requer um olhar profundo e criterioso, pois a inclusão, como preconizado pela Declaração de Jomtien (UNESCO, 1990), abrange uma população que não se restringe às pessoas com deficiência, mas aquelas que historicamente tem experimentado diferentes formas de preconceito e exclusão social, os autodeclarados negros, pardos e indígenas.

Além disso, a deficiência na atualidade está pautada sobre os pressupostos da inclusão, seja ela educacional ou social, onde todos têm direitos como cidadãos. Entretanto, um questionamento que tenciona a reflexão e que necessariamente precisa ser discutido, se refere que ao afirmar que estas pessoas têm direitos, não se estaria afirmando uma diferença? Ou talvez pelo contexto histórico no qual pautamos tal estudo, imponha a necessidade de afirmar que tais pessoas têm direitos.

A pesquisa em Educação Especial tem tomado diferentes rumos, no sentido de buscar respostas para as necessidades daqueles considerados público-alvo da educação especial, contudo a escola é plural, por isso não pode estar restrita a esta parcela da população, principalmente considerando os pressupostos da educação inclusiva. Deste modo, a pesquisa necessita refletir o tempo presente, sem deixar de

reconhecer o passado, mas com enfoque que dê respostas mais concretas para a escola, não como “receitas prontas”, mas que sejam produzidas de modo a oferecer subsídios para uma abordagem mais humanizada, autônoma e responsável frente aos diferentes estudantes. Esta afirmação é, portanto, resultado evidenciado pelas pesquisas encontradas. Vale, contudo, apontar que, o acesso às pesquisas necessita ser repensado, para que as produções efetivamente cheguem na escola e não circulem apenas entre os profissionais que estão vinculados com a universidade, por onde este conhecimento tem espaço de circulação mais presente.

A fragmentação das áreas do conhecimento, em decorrência dos processos socioeconômicos, que também se refletem na escola, talvez seja o problema para a expansão do conhecimento de modo que todos estudantes sejam contemplados com políticas que auxiliem o processo de ensino e aprendizagem.

No que concerne a uma definição epistemológica na produção do conhecimento científico da educação especial, apesar de haver uma consolidação da pesquisa científica na área, acredita-se que é um questionamento que ainda não pode ser respondido, uma vez que a constituição da educação especial se deu de maneira interdisciplinar, forjada por médicos, pedagogos, psicopedagogos, psicólogos que caracterizam sua atuação por diferentes abordagens epistemológicas. Dessa maneira, aprofundar o tema e as pesquisas sobre a Educação Especial e suas nuances se torna pertinente à medida que sua compreensão favorecerá a revisão dos processos epistemológicos que envolvem a exclusão do estudante com deficiência e sua diferenciação nas práticas pedagógicas adotadas pela instituição de ensino e nas relações interpessoais. Assim, pesquisar novas formas de gerir e pensar epistemologicamente a Educação Especial, propondo um novo olhar sobre a deficiência, não como uma doença ou incapacidade, mas a partir das potencialidades, poderão se somar a novas perspectivas e desafios acerca do processo inclusivo.

REFERÊNCIAS

- AMARAL, M. H.; MONTEIRO, M. I. B. A Formação de Professores no GT 15 - Educação Especial da ANPED (2011-2017): Entre Diálogos e (Novas) Pistas. *Revista Brasileira de Educação Especial*, v. 25, n. 2, p. 301-318, 2019. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S141365382019000200301&lng=en&nrm=is . Acesso em: 12 mar. 2020.
- BAUER, M.; GASKELL, G. *Pesquisa qualitativa com texto imagem e som: um manual prático*. 7. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008, p.516.
- BRASIL. Ministério da Educação. *Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva*. Brasília: MEC/SEESP, 2008. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=16690-politica-nacional-de-educacao-especial-na-perspectiva-da-educacao-inclusiva-05122014&Itemid=30192 Acesso em: 27 jan. 2017.
- BRASIL. *Lei nº 13.146*, de 6 de julho de 2015: Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência/Estatuto da Pessoa com Deficiência. Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas. Brasília: DF. 2015. Disponível: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2015-2018/2015/lei/113146.htm Acesso em: 21 out. 2016.
- BRIDI, F.; BAPTISTA, C. R. Deficiência mental: o que dizem os manuais diagnósticos? *Revista de Educação Especial*, v.27, n.49, p.499-512, 2014. Disponível em: <http://www.ufsm.br/revistaeducacaoespecial> Acesso em: 12 jul. 2015.
- BRITO, M. P. *Educação-especial entre o clínico e o escolar: em busca da terceira margem*. Dissertação (Mestrado) - Faculdade de Educação. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2015.
- BUENO, J. G. S.; SOUZA, S. B. A Constituição do Campo da Educação Especial Expressa na Revista Brasileira de Educação Especial - Rbee (1992-2017). *Revista Brasileira de Educação Especial*, v.24, n.spe, pp.33-50. 2018. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-65382018000500033. Acesso em: 12 mar. 2020.
- CASTRO, S. F.; ALMEIDA, M. A. Ingresso e Permanência de Alunos com Deficiência em Universidades Públicas Brasileiras. *Revista Brasileira de Educação Especial*, v. 20, n. 2, p. 179-194, 2014. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1413-65382014000200003&script=sci_abstract&tlng=pt Acesso em: 02 abr. 2017.
- CASTEL, R. As armadilhas da exclusão. In: BELFIORE-WANDERLEY, M.; BÓGUS, L.; YAZBEK, M.C.(Orgs.). *Desigualdade e a questão social*. 2. ed. rev.amp. São Paulo: EDUC, 2000.
- CHARLOT, B. A pesquisa educacional entre conhecimentos, políticas e práticas: especificidades e desafios de uma área de saber. *Revista Brasileira de Educação*, v. 11, n. 31, p.7-18, jan./abr. 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbedu/v11n31/a02v11n31.pdf> Acesso em: 25 mar. 2015.
- CIANTELLI, A. P. C.; LEITE, L. P. Ações Exercidas pelos Núcleos de Acessibilidade nas Universidades Federais Brasileiras. *Revista Brasileira de Educação Especial*, v. 22, n. 3, p.413-428, set./2016. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1413-65382016000300413&script=sci_abstract&tlng=pt Acesso em: 25 mar. 2017.

- DEMO, P. *Metodologia científica em Ciências Sociais*. 3. ed. Rev. e Ampl. São Paulo: Atlas, 2010.
- ESTEBAN, M. P. S. *Pesquisa qualitativa em educação: fundamentos e tradições*. Porto Alegre: Artmed, 2010.
- FAZENDA, I. C. A. (Org.); Godoy, H.P. (Coord. Téc.). *Interdisciplinaridade pensar, pesquisar e intervir*. São Paulo: Cortez, 2014.
- FREITAS, S. N.; PAVÃO, S. M. O. Professor da educação inclusiva: reflexões a partir de uma abordagem curricular compreensiva. *Revista Educação Especial*, v. 25, n. 43, p. 277-90, 2012. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/educacaoespecial/article/view/5223> Acesso em: 24 mar. 2017.
- GAMBOA, S.S. *Pesquisa em Educação métodos e epistemologias*. 2. ed. Chapecó: Argos. 2012.
- GARCIA, R. M. C; MICHELS, M. H. A Política de educação especial no Brasil (1991-2011): uma análise da produção do GT15-educação especial da ANPED. *Revista Brasileira de Educação Especial*, Marília, v. 17, n. spe1, p. 105-124, 2011. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-65382011000400009&lang=pt. Acesso em: 01 mar. 2017.
- GATTI, B. *A construção da pesquisa em educação no Brasil*. Brasília: Plano Editora. Série Pesquisa em Educação, v. 1. 2002.
- GATTI, B. *Estudos quantitativos em educação*. Educação e Pesquisa, São Paulo, v. 30, n. 1, p. 11-30, jan./abr. 2004.
- GATTI, B. A construção metodológica da pesquisa em educação: desafios. *Revista Brasileira de Política e Administração da Educação*, Porto Alegre, v. 28, n. 1, p. 13-34, 2012.
- GIL, A. C. *Métodos e Técnicas de Pesquisa Social*. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.
- HAYASHI, M. C. P. I.; GONCALVES, T. G. G. L. Estudo Bibliométrico dos Balanços da Produção Científica em Educação Especial na Revista Brasileira de Educação Especial (1999-2017). *Revista Brasileira de Educação Especial*, v. 24, n. spe, p. 135-152, 2018. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S141365382018000500135&lng=en&nrm=iso Acesso em: 23 mar. 2020.
- HARLOS, F. E.; DENARI, F. E.; ORLANDO, R. M. Análise da estrutura organizacional e conceitual da educação especial brasileira (2008-2013). *Revista Brasileira de Educação Especial*, v. 20, n. 4, p.497-512, dez./2014. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1413-65382014000400003&script=sci_abstract&tlng=pt Acesso em: 02 abr. 2017.
- JANNUZZI, G. M. *A educação do deficiente no Brasil: dos primórdios ao início do século XXI*. Campinas, SP: Autores Associados, 2004.
- LIMA, P. *Educação inclusiva e igualdade social*. São Paulo: Avercamp, 2006.
- LOBO, L. F. *Os infames da história: pobres, escravos e deficientes no Brasil*. Rio de Janeiro: Lamparina, 2015.
- LUDKE, M.; ANDRE, M. E. D. A. *Pesquisa em educação: abordagens qualitativas*. 2. ed. São Paulo: EPU, 2013.

MAHL, E.; MUNSTER, M. A.V. Análise das Dissertações e Teses do PPGEES/UFSCar na Interface Educação Física e Educação Especial. *Revista Brasileira de Educação Especial*, v.21, n.2, p.299-318, jun./2015. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-65382015000200299 Acesso em: 02 abr. 2017.

MARQUES, M. O. *Escrever é preciso: o princípio da pesquisa*. 5. ed. rev. Ijuí: Unijuí, 2006.

MATOS, S. N.; MENDES, E. G. Demandas de Professores Decorrentes da Inclusão Escolar. *Revista Brasileira de Educação Especial*, v.21, n.1, p. 9-22, mar./2015. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-65382015000100009 Acesso em: 02 abr. 2017.

MINAYO, M. C. S. *Pesquisa social: teoria, método e criatividade*. 23. ed. Petrópolis: Vozes, 2004.

NERES, C. C.; CORREA, N. M. Análise dos Artigos na Área da Deficiência Visual Publicados na Revista Brasileira de Educação Especial (1992-2017). *Revista Brasileira de Educação Especial*, v.24, n. spe, pp.153-166, 2018. 5470. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-65382018000500153, Acesso em: 12 mar. 2020.

NOZI, G., & VITALIANO, C. Saberes de professores propícios à inclusão dos alunos com necessidades educacionais especiais: condições para sua construção. *Revista Educação Especial*, 30(59), 589-602. 2017. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/educacaoespecial/article/view/28080>. Acesso em: 12 mar. 2020.

OLIVEIRA, J. de. [Análise da produção científica com a temática inclusão no ensino superior: reflexões sobre artigos publicados no período de 2016 a novembro de 2018](#). *Revista Educação Especial*, v. 32, 2019. p. e73/ 1-27. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/educacaoespecial/article/view/36198> Acesso em: 11 ago. 2020.

PAVÃO, S. M. O *et al.* Educação Especial: a pesquisa com ênfase no paradigma da complexidade. In: COSTAS, Fabiane A. T; PAVÃO, S. M. de O. (Orgs.) *Pesquisa em Educação Especial: referências, percursos e abordagens*. Curitiba: Appris, 2015.

PRODANOV, C. C; FREITAS, E. C. *Metodologia do Trabalho Científico: Métodos e Técnicas da Pesquisa e do Trabalho Acadêmico*. 2. ed. Novo Hamburgo: Feevale, 2013.

SILVA NETO, A., et al. Educação inclusiva: uma escola para todos. *Revista Educação Especial*, v. 31, n.60, p. 81-92. 2018. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/educacaoespecial/article/view/24091>. Acesso em: 11 ago. 2020.

SILVA, R. H. R. Características e Tendências das Teses em Educação Especial Desenvolvidas nos Programas de Pós-Graduação em Educação do Estado de São Paulo. *Revista Brasileira de Educação Especial*, v. 22, n. 1, p.125-144, mar./2016. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1413-65382016000100125&script=sci_abstract&tlng=pt Acesso em: 02 abr. 2017.

SILVA, R. H. R. Balanço das Dissertações e Teses em Educação Especial e Educação Inclusiva Desenvolvidas nos Programas de Pós-Graduação em Educação no Brasil. *Revista Brasileira de Educação Especial*, v. 24, n. 4, p. 601-618, 2018. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-65382018000400601&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 12 mar. 2020.

SOUZA, C. T. R.; MENDES, E. G.. Revisão Sistemática das Pesquisas Colaborativas em Educação Especial na Perspectiva da Inclusão Escolar no Brasil. *Revista Brasileira de Educação Especial*, v. 23, n. 2, p. 279-292, 2017. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-65382017000200279&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 12 mar. 2020.

UNESCO. *Declaração Mundial sobre Educação para Todos: satisfação das necessidades básicas de aprendizagem*, Jomtien, Tailândia, 1990. ED/90/CONF/205/1. Disponível em: <http://unesdoc.unesco.org/images/0008/000862/086291por.pdf>. Acesso em: 28 mar. 2017.

UNESCO. *Declaração de Salamanca: Sobre Princípios, Políticas e Práticas na Área das Necessidades Educativas Especiais*. Procedimentos-Padrões das Nações Unidas para a Equalização de Oportunidades para Pessoas Portadoras de Deficiências, A/RES/48/96, Resolução das Nações Unidas adotada em Assembleia Geral. Salamanca, Espanha, 1994. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf>. Acesso em: 28 mar. 2017.

VIEIRA, F. B. A.; MARTINS, L. A. R. Formação e criatividade: elementos implicados na construção de uma escola inclusiva. *Revista Brasileira de Educação Especial*, v.19, n.2, p.225-242, jun./2013. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1413-65382013000200007&script=sci_abstract&tlng=pt. Acesso em: 02 abr. 2017.

*Recebido em: 16 de março de 2020.
Aprovado em: 17 de junho de 2020.*